



PROGRAMA

Tecnologia, Automatização e Direito Administrativo Eletrónico

Destinatários:

- Dirigentes, técnicos superiores e funcionários da Administração Pública, central, indireta, autónoma, local e independente;
- Membros das forças de segurança;
- Engenheiros informáticos, engenheiros eletrónicos, técnicos informáticos e programadores de sistemas;
- Magistrados dos tribunais judiciais e dos tribunais administrativos;
- Advogados;
- Juristas de empresas;
- Investigadores;
- Estudantes de Mestrado e de Doutoramento.

Programa

12 de janeiro de 2016 (3ª feira)

- 18h30: A Administração Eletrónica como Instrumento de Simplificação Administrativa – Conselheira Catarina Sarmento e Castro (Juíza Conselheira do Tribunal Constitucional / Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra)
- Intervenção do Prof. Doutor Miguel Prata Roque, Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, subordinada ao tema “A Automatização Administrativa como Instrumento de Reconfiguração da Teoria Geral das Atuações Administrativas”

13 de janeiro de 2016 (4ª feira)

- 18h30: A Tecnologia e os Meios Eletrónicos como Instrumento de Cooperação Interadministrativa e de Cooperação com os Particulares: em Especial, a Contratação Pública Eletrónica – Prof. Doutor Miguel Assis Raimundo (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – CIDP / Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República)
- 20h00: O Recurso à Tecnologia como Instrumento de Boa “Governance” e o Incentivo à Participação Eletrónica: a Caminho de uma Governação Eletrónica? – Prof. Doutor Domingos Soares Farinho (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa - CIDP)

19 de janeiro de 2016 (3ª feira)

- 18h30: Os Riscos da Automatização Administrativa e da Administração Eletrónica sobre a Proteção dos Dados Pessoais dos Particulares – Prof.ª Doutora Filipa Urbano Calvão (Escola de Direito do Porto da Universidade Católica Portuguesa / Presidente da Comissão Nacional de Proteção de Dados Pessoais)
- 20h00: Os Riscos do Direito de Acesso aos Documentos Administrativos Eletrónicos e às Bases de Dados Públicas sobre a Reserva da Intimidade Privada dos Particulares – Prof. Alexandre Sousa Pinheiro (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – CIDP)

20 de janeiro de 2016 (4ª feira)

- 18h30: Os Princípios Gerais Aplicáveis à Administração Eletrónica – Prof. Doutor Miguel Assis Raimundo (Faculdade de



Direito da Universidade de Lisboa - CIDP)

- 20h00: O Procedimento Administrativo Eletrónico: Tramitação e Notificações Eletrónicas – Mestre Paula Ávila (Jurista na Administração Pública)

26 de janeiro de 2016 (3ª feira)

- 18h30: Os Métodos de Promoção de Interoperabilidade entre Sistemas Informáticos e entre Bases de Dados Eletrónicas – Dr.ª Ana Sofia Figueiredo (Diretora do Departamento de Simplificação Administrativa da Agência para a Modernização Administrativa)
- 20h00: Os Serviços Administrativos Partilhados e o Balcão Único Eletrónico: Vantagens e Inconvenientes – Mestre Sara Augusto de Matos (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa - CIDP)

27 de janeiro de 2016 (4ª feira)

- 18h30: O Licenciamento Industrial e Comercial Eletrónico – Mestre Jorge Pação (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa - CIDP)
- 20h00: Os Fundamentos Específicos de Invalidez das Atuações Eletrónicas e a sua Impugnação Administrativa – Prof. Doutor Licínio Lopes Martins (Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra - CEDIPRE)



INFORMAÇÕES

Condições Gerais e Funcionamento do Curso

Propinas:

- Valor Base: 500 € que poderão ser pagos em 2 prestações, a 1.ª no ato de inscrição; a 2.ª até 22/01/2016)
- Pagamento integral no ato da inscrição: 425 € (redução de 15%)
- Associados da ANJAP: 375€ (redução de 25%). Esta redução será de 30% (350€) se o número de inscritos por via da ANJAP for igual ou superior a 10.

Prazo de inscrição: desde já até dia 08/01/2016

Nota: as inscrições apenas ficam confirmadas com a regularização do pagamento.

Aulas Isoladas: Pagamento de 100 € por dia de conferência (inclui 2 conferências), mediante prévia inscrição, até à véspera da conferência ou Laboratório Jurídico em causa, através do secretariado de apoio ao curso.

Notas:

- Os descontos não são cumulativos.
- As inscrições e os pagamentos devem ser efectuados online, à excepção do pagamento em prestações e aulas isoladas. Nestes casos deverá contactar o secretariado do curso através do e-mail: icjp@fd.ulisboa.pt

Número Máximo: 60 alunos, sendo escolhidos em função da maior antiguidade da data de inscrição (com possibilidade de autorização excepcional de inscrição de número superior).

Tempo Letivo: 3 semanas.

Calendarização: 12 a 27 de janeiro de 2016. As aulas decorrem na sala de audiências (pisos 0) no dia 12/01 e na sala Prof. Fernando Olavo (pisos 2) nas restantes datas.

Carga Horária: 18 horas, distribuídas em 12 conferências de 1 hora, seguidas de 30 minutos de debate, agrupadas em grupos de 3 horas, distribuídas por 6 dias úteis.

Horário: Pós-laboral (das 18h30 às 21h30), em dias úteis.

Presenças: A obtenção de certificado de frequência pressupõe a assistência mínima de 3/4 das sessões diárias ministradas.

Notas e Condicionamentos:

- O Programa do Curso pode ser alvo de alterações pontuais, quer em termos de conteúdo programático, quer de conferencistas, quer de calendarização.
- O Curso apenas abrirá se for preenchido o número mínimo de participantes, fixado em 20 alunos.
- Em caso de não abertura do Curso, serão devolvidas, integralmente, as propinas entretanto pagas.



FICHA TÉCNICA

Organização:

Prof. Doutor Miguel Assis Raimundo

Apoio:

